

## “Bicho de sete cabeças”: as vivências dos atingidos pela barragem de Itá

Carmem Regina Giongo<sup>a\*</sup>   
Jussara Maria Rosa Mendes<sup>b</sup> 

<sup>a</sup> Universidade Feevale, Porto Alegre, RS, Brasil

<sup>b</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil

**Resumo:** Esta pesquisa teve como objetivo resgatar as vivências das comunidades rurais remanescentes atingidas pela construção da barragem de Itá, no Sul do Brasil. O estudo fundamentou-se na pesquisa participante, contou com 43 entrevistados e com análises documentais da hidrelétrica. Os dados obtidos foram submetidos à análise temática. Os participantes do estudo definiram a barragem de Itá como “um bicho de sete cabeças”, que aterrorizou as cidades atingidas por anos, envenenou e matou pessoas, animais e plantas, e revelaram que a implantação da barragem de Itá foi caracterizada por vivências de violência, insegurança, falta de informação e inexistência de suporte político e social. Em face dos prejuízos gerados pela obra, as comunidades tiveram que lutar sozinhas e precariamente pela garantia de seus direitos mais básicos, vivenciando importantes quebras identitárias, culturais e danos à saúde mental.

**Palavras-chave:** hidrelétricas, rural, saúde mental, território.

Nos últimos 50 anos, no Brasil, os planos de desenvolvimento estiveram diretamente relacionados à concepção e à implantação de grandes empreendimentos de infraestrutura, como é o caso das hidrelétricas (Bermann, 2007; Vainer, 2007), já que a política de geração de energia elétrica elegeu como alvo principal os recursos hídricos (Alves & Justo, 2011). Além disso, o Brasil está situado entre os 24 países que produzem 90% de toda a energia disponível no mundo e é considerado o país com maior potencial hidrelétrico do mundo (Agência Nacional de Energia Elétrica, 2008). O modelo energético nacional assenta-se na fonte hídrica e, por isso, 79% de toda a energia produzida no Brasil advém das mais de duas mil barragens construídas, que produziram deslocamentos estimados de, no mínimo, um milhão de pessoas (Movimento dos Atingidos por Barragens, 2004; Rothman, 2008).

De modo geral, os argumentos que justificam a utilização dessa fonte de energia estão pautados na geração de empregos, no acesso à eletricidade, no desenvolvimento econômico regional e nacional, na geração de energia de baixo custo, no fomento ao turismo, no aumento da competitividade econômica, na geração de energia limpa, renovável, verde e sustentável, no controle das cheias, entre diversos outros (Alves & Justo, 2011; Bermann, 2007; Ferreira, 2000; Germani, 2003; Piagentini, Benassi, & Penteado, 2014; Vainer, 2007; World Commission on Dams, 2000). Assim, mesmo diante das inúmeras evidências acerca dos danos socioambientais irreversíveis provocados pelos empreendimentos hidrelétricos, especialmente as categorias energia limpa, de baixo custo e renovável são naturalmente empregadas para caracterizar essas obras.

É nesse contexto que está inserida a hidrelétrica de Itá, situada na Região Hidrográfica do Rio Uruguai, que é considerada uma área estratégica para o país, em função de seu potencial hidrelétrico. Atualmente, existem 22 usinas em operação ou em construção no rio Uruguai e 149 inventariadas (Movimento dos Atingidos por Barragens, 2008). Nesse cenário, a hidrelétrica de Itá está localizada em terras dos municípios de Aratiba, no Rio Grande do Sul (RS), e de Itá, em Santa Catarina (SC), no curso principal do rio Uruguai, divisor dos dois estados (Tractebel, 2001). O enchimento do reservatório foi iniciado em dezembro de 1999 e a hidrelétrica entrou em operação em 2000. O projeto custou dois bilhões de reais, com potência instalada de 1.000 a 3.000MW e com reservatório de 141km<sup>2</sup> (Tractebel, 2000). A construção da hidrelétrica atingiu 3.560 famílias, das quais 827 sofreram deslocamento compulsório e foram reassentadas em oito áreas distintas, distribuídas entre os estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná (Tractebel, 2000). Além disso, algumas famílias receberam cartas de crédito e adquiriram terrenos em cidades vizinhas e outras permaneceram residindo no entorno do reservatório. Este último grupo, foco deste estudo, é nomeado remanescente porque permaneceu vivendo nas comunidades após o enchimento do reservatório, teve apenas parte da propriedade atingida pelas águas ou não foi considerado legalmente atingido.

O reservatório, resultado do alargamento do rio Uruguai e de seus afluentes, atingiu terras de 11 municípios: Aratiba, Mariano Moro, Severiano de Almeida e Marcelino Ramos (RS), e Itá, Arabutã, Concórdia, Alto Bela Vista, Ipira, Piratuba e Peritiba (SC) (Tractebel, 2001). Entre os 11 municípios que tiveram seus territórios atingidos pelo

\* Endereço para correspondência: ca.aiesec@gmail.com



empreendimento, foram afetados total ou parcialmente duas sedes municipais (Itá e Marcelino Ramos), quatro sedes distritais, 32 núcleos rurais, 15 equipamentos isolados (escolas, cemitérios, campos de futebol, centros comunitários), 3.563 propriedades, além de redes de infraestrutura viária, elétrica e telefônica.

Do ponto de vista teórico o trabalho foi sustentado pela abordagem do sofrimento social que considera que o mal-estar não pode ser analisado fora das dinâmicas sociais, políticas e econômicas que o nomeiam, o constroem e o reconhecem (Kleinman, Das, & Lock, 1997). Assim, interpretar o sofrimento social significa analisar discursos historicamente construídos em um conjunto local de relações de poder. Além disso, cabe também analisar as possíveis limitações de ações por parte dos sujeitos e de seus grupos de pertencimento diante do sofrimento e das ações disponibilizadas pelo campo político, econômico e institucional (Das, Kleinman, & Lock, 1996).

Nesse sentido, o sofrimento social também pode ser considerado uma categoria política, marcada pelo “contexto neoliberal de transformação da questão social e pela crescente destituição das garantias de proteção por parte do Estado” (Ota, 2014, p. 58). Fundamentalmente, essas perspectivas transformam a ideia de que o sofrimento psíquico estaria separado do conjunto das condições de vida das pessoas.

Como uma dimensão do sofrimento social tem-se o sofrimento ambiental. Auyero e Swistun (2009) conceituaram o sofrimento ambiental como uma forma particular de sofrimento social, causado por ações poluidoras ou que geram danos ao meio ambiente por atores concretos. Nesse processo, o sofrimento é percebido do ponto de vista individual por meio do corpo e da subjetividade, mas também do ponto de vista coletivo, afinal as situações de sofrimento são tidas como construções sociais atreladas a contextos de injustiça praticada pelos grandes empreendimentos e também aos modos como os sujeitos vivem e compreendem sua dor e os elementos que a produzem. Diante disso, os autores reforçam a necessidade de apresentar os indivíduos sofredores como pessoas dignas de consideração por parte do poder público e da sociedade civil (Auyero & Swistun, 2009; Medina, 2014).

Diante disso e considerando tais pressupostos, esta pesquisa teve como objetivo resgatar as vivências das comunidades rurais remanescentes atingidas pela construção da barragem de Itá localizada no Sul do Brasil, problematizando as possíveis interfaces entre estas vivências e o sofrimento social e ambiental.

## Metodologia

Trata-se de uma pesquisa de cunho exploratório-descritivo, com metodologia qualitativa baseada nos pressupostos de Minayo (2014). Participaram da pesquisa 43 pessoas, sendo 20 mulheres e 23 homens, com idade *média* de 58,3 anos. Os entrevistados residiam na região em média 50,3 anos, sendo que a grande

maioria nasceu no local. Assim, todos os participantes da pesquisa acompanharam a construção da hidrelétrica e o enchimento do reservatório.

Neste estudo, a inserção e a participação nas atividades das comunidades investigadas podem ser consideradas estratégias centrais em face dos objetivos de pesquisa delineados. Na observação participante, o pesquisador se insere nas práticas sociais dos sujeitos da pesquisa, além de se tornar parte do contexto pesquisado (Flick, 2004; Schwartz & Schwartz, 1955). Além disso, foi utilizada a técnica de entrevista narrativa, reconhecida como uma importante estratégia de resgate das histórias de vida e das histórias sociais (Jovchelovitch & Bauer, 2013). Outro relevante instrumento foi a análise documental, que possibilitou ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessitava de contextualização histórica e sociocultural (Cellard, 2008).

Entre fevereiro a dezembro de 2016 foram realizadas observações participantes, entrevistas e análise documental na região rural do entorno do reservatório da hidrelétrica investigada. A inserção envolveu os 11 municípios atingidos pela barragem de Itá. Esse processo demandou a presença sistemática da pesquisadora no campo investigado durante o ano de 2016. Primeiramente, foram realizadas observações e participação em eventos comunitários visando conhecer a população e apresentar os objetivos da pesquisa. Posteriormente, os próprios moradores passaram a auxiliar na pesquisa, indicando novos participantes, apresentando a região e acolhendo a pesquisadora em suas comunidades. Ao final, todas as comunidades receberam retornos dos resultados da pesquisa por meio de visitas domiciliares ou reuniões nos centros comunitários. A técnica utilizada para a análise dos dados coletados foi a *análise temática*, que consiste em delimitar os núcleos de sentido que integram o processo de comunicação, nos quais a presença ou a frequência com que aparecem signifique algo visado para o objeto analítico (Minayo, 2014). Destaca-se que este projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética e que todos os nomes utilizados no texto são fictícios.

## Análise e discussão dos resultados

Esta seção será organizada em três temáticas principais, oriundas da análise dos dados: (a) os rumores do desastre e a invasão silenciosa dos territórios: “Tu não sabendo as coisas, tu vai até pro inferno”; (b) desastre anunciado: entre o terrorismo e a luta pela garantia de direitos; c) “Te vira, te escapa, porque a água vem”: indenizações, deslocamentos e reassentamentos.

### *Os rumores do desastre e a invasão silenciosa dos territórios: “Tu não sabendo as coisas, tu vai até pro inferno”*

No decorrer das entrevistas realizadas neste estudo, percebeu-se que as primeiras memórias dos entrevistados acerca da construção da barragem estavam atreladas aos

estudos iniciais da obra. Mesmo que muitos não tenham mencionado datas, alguns referenciam a década de 1960 e de 1970. Nesse período, os agricultores relatam a presença de aviões sobrevoando a região, *“e de repente aparecia um avião, lá passando baixinho e filmando de certo!”* (Ana, comunicação pessoal, 12 de junho, 2016). Nesse processo inicial, percebe-se o total desconhecimento da população quanto ao empreendimento, causando espanto e medo nos moradores. Mario lembra, por exemplo, que, quando começaram as primeiras demarcações atreladas à instalação do empreendimento e os boatos de que seria construída uma usina, muitos entenderam que se tratava de uma usina de produção de açúcar: *“eles conseguiram entender que eles iam fazer usina, mas eles pensaram que era usina de açúcar”* (Mario, comunicação pessoal, 22 de abril, 2016). João (comunicação pessoal, 2 de setembro, 2016), um dos agricultores entrevistados, afirmou que, inclusive, os questionamentos demoraram para aparecer. Diante disso, nota-se que a população atingida foi comunicada de que a obra aconteceria muitos anos depois do início dos estudos de viabilidade.

Conforme a literatura nacional, essa estratégia costuma ser utilizada para diminuir o poder e atenuar a ação dos grupos e dos movimentos sociais. Sem informação, as populações são surpreendidas quando o empreendimento já está iniciando (Bermann, 2008; Vainer, 1990, 2007; Vainer & Araújo, 1992; Zhouri & Oliveira, 2007). Como explicou o agricultor Dirceu (comunicação pessoal, 4 de abril, 2016), *“tu não sabendo as coisas, tu vai até pro inferno e sem saber... Mas, não sabendo, né! E, se tu sabe, então tu desvia, né?!”*.

Além do mais, por causa da falta de clareza na comunicação, mesmo com a notícia da implantação da hidrelétrica e com os marcos territoriais já implantados, muitos não acreditavam que a água atingiria as áreas demarcadas. Conforme comentou Ênio (comunicação pessoal, 6 de junho, 2016), *“atingiu bastante coisa, lá! Que nós pensava que ia atingir, pensava, mas nunca pensava que ia atingir o que atingiu”*. Para as pessoas que viviam naquelas comunidades, a magnitude da obra e o espaço que seria alagado eram tamanhos, que poucos acreditavam na efetivação do projeto planejado.

Entre os estudos e os boatos iniciais e o começo das obras, passaram-se mais de 20 anos. Durante todo esse período de estagnação, os participantes da pesquisa contam que a vida parou. Nesse tempo, as pessoas não sabiam ao certo o que aconteceria quando a obra finalmente chegasse. Sem acesso a informações oficiais, os moradores da região conviveram muitos anos apenas com notícias incertas sobre o projeto. Nesse processo, vários agricultores, com medo, começaram a vender suas terras e a abandonar a região. Ana e Oscar contam que *“a ideia que essa barragem iria ser construída já tirava bastante gente, o pessoal não investia mais muito”* (Ana, comunicação pessoal, 12 de junho, 2016), e que *“foi um, foi o outro, no fim também já estava pequeno”* (Oscar, comunicação pessoal, 20 de agosto, 2016). Os agricultores que permaneceram deixaram

de investir nas propriedades, pois sabiam que tudo seria destruído. Os pequenos comércios, aos poucos, foram fechando. Os investidores optaram pela aquisição de terras em outras regiões.

Percebe-se, por meio desses relatos, que os danos e os efeitos da construção da barragem começaram muitos anos antes do início da obra propriamente dita, aspecto raramente considerado pelas políticas e pelos planos reparatórios (Vieira & Vainer, 2010). A notícia, pouco precisa, de que seria construída uma hidrelétrica na região, levou muitas famílias a se retirarem, a reduzirem a produção e a sofrerem psicologicamente diante da incerteza do futuro e do medo de perderem tudo o que haviam construído. Esses dados corroboram as discussões propostas por Vainer (2016), de que os critérios estabelecidos para a avaliação dos danos ocasionados pela construção de uma hidrelétrica são precários, na medida em que propõem um corte temporal incapaz de incluir todos os reais efeitos da obra. Em outras palavras, a obra apresentou-se como uma causa absoluta, como um fato consumado ao qual caberia reagir, adaptar-se ou aceitar, era *“a obra da engenharia transformando-se em obra do destino”* (Andrade, Cunha, & Gandra, 2001, p. 10).

### ***Desastre anunciado: entre o terrorismo e a luta pela garantia de direitos***

A construção de uma barragem pode ser comparada a uma guerra, tendo em vista a falta de controle da população local, as grandes transformações em um curto espaço de tempo e a baixa previsibilidade com relação ao futuro (Scalabrin, 2016). Conforme relato dos entrevistados, passados alguns anos das primeiras demarcações e imersa em um campo de incertezas e de boatos, a população foi surpreendida com o início da obra. Diversos participantes contaram que foi apenas com o início das obras que *“caiu a ficha”* de que suas vidas seriam profundamente transformadas. Álvaro (comunicação pessoal, 30 de maio, 2016) lembrou: *“depois da notícia, começa a cair a ficha que de fato vai acontecer isso... A gente ainda sabia que tinha, na época, um projeto de vinte de duas barragens na bacia do rio Uruguai, então aquilo era uma coisa”*.

Entre a notícia oficial da construção do empreendimento e o enchimento do reservatório, os entrevistados relatam pouco tempo para se organizarem com as mudanças que aconteceria em suas comunidades, em sua vida e em seu trabalho. De fato, conforme dados da construtora, foram menos de cinco anos entre a chegada das máquinas no canteiro de obras e o enchimento do reservatório (Tractebel, 2016). Na fala dos entrevistados, nesse período, a informação divulgada às famílias atingidas era de que a água viria e que, se eles não aceitassem as propostas de deslocamento, ficariam submersos. Conforme os entrevistados, era o terror em forma de ameaças. Diante disso, as famílias atingidas tentavam entender o porquê da construção da barragem.

Álvaro comentou: “*é que nem desandar um terrorismo em cima de você, você é vítima disso, você não sabe a troca de que, por que você é atingido, mas você é atingido, você não tem essa resposta?*” (comunicação pessoal, 30 de maio, 2016).

Com o avanço da obra, lideranças provenientes de grupos religiosos comunitários e da própria reorganização sindical pós-ditadura militar deram início às primeiras reivindicações contrárias à construção da hidrelétrica. O movimento dos colonos do Alto Uruguai originou a Comissão Regional de Atingidos por Barragens (Crab), com o apoio de igrejas, da Fundação Alto Uruguai para Pesquisa e Ensino Superior (Fapes) e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). Inicialmente, o objetivo principal era impedir o andamento do projeto e, depois, diante do progresso da obra, o foco direcionou-se para a garantia dos direitos das famílias atingidas.

Os entrevistados contam que, para garantir o direito à indenização era preciso lutar, e muito. As lembranças da época estão atreladas a ocupações da obra, impedimento das máquinas trabalharem, fechamento de pontes e estradas, sequestro de técnicos da hidrelétrica, caminhadas e protestos coletivos. Mercedes (comunicação pessoal, 18 de abril, 2016) lembra: “*nós fomos umas duas mil vezes assim no Itá, mais ou menos para poder ganhar, né!... Uns ganharam e uns tinha que ir à luta, porque eles pagavam muito pouco, né?!*”. Conforme relatos dos entrevistados, durante todo o processo de reivindicação, o direito político de se mobilizar e se organizar socialmente, visando garantir os próprios direitos, foi negado. Mesmo após o término da ditadura militar, as pessoas que participavam de ações reivindicatórias ou que ocupavam papéis de lideranças comunitárias eram penalizadas. Dentre as estratégias utilizadas pelo governo e pela construtora, estavam: processo judicial contra os líderes comunitários, perseguições, ameaças de morte, prisão, agressões físicas, impedimento quanto à realização de protestos e morte de lideranças. Conforme Carbonari (2012) e Scalabrin (2016), a desmoralização e a judicialização dos movimentos sociais atrelados à indústria barrageira vêm sendo utilizadas, historicamente, como estratégia de contenção popular. Élio (comunicação pessoal, 23 de abril, 2016) explica que “*teve gente que apanhou da polícia, teve gente que foi preso, enfim, teve muito conflito, né?!*”, e Ênio (comunicação pessoal, 25 de maio, 2016) diz ainda o seguinte: “*eu vou te contar, a polícia bateu muito no nosso vizinho, lá, um rapaz muito trabalhador, surraram ele*”.

Percebe-se, na fala do entrevistado, que o Estado atuou diretamente na violação dos direitos dos atingidos, desde a implantação do empreendimento até a judicialização dos modos de resistência. Para Scalabrin (2016), diante do cenário em que nem o Estado, nem a legislação garantem os direitos das populações atingidas, resta aos próprios violados a luta pela justiça. Assim, o autor defende a ideia de que a construção de uma barragem é a própria negação dos direitos humanos. Para Soler (2016), não apenas o Brasil, mas a América Latina

como um todo passa por um processo de militarização do território, na qual o exército e a polícia são remunerados pelas empresas construtoras de barragens para oferecerem “segurança” às obras.

Em face dos relatos atrelados a esse período de luta, enquanto alguns entrevistados se recordam dos fatos com muito sofrimento, enfatizando a sobrecarga de atividades, a solidão, o medo e a desesperança, outros reforçam o heroísmo e relembram com orgulho do modo como defenderam seus territórios. Do ponto de vista político, os agricultores contam que faltava apoio e que, muitas vezes, eles eram repreendidos pelos próprios prefeitos e vereadores que, supostamente, deveriam protegê-los e auxiliar na garantia de direitos. Oscar (comunicação pessoal, 20 de agosto, 2016) contou que “*prefeitos, deputados da região, eles vinham, na verdade, aqui, naquela época, toda a administração do município praticamente estava a favor*”. Élio (comunicação pessoal, 23 de abril, 2016) corrobora: “*e os prefeitos, os vereadores, a maioria, na época, era a favor da construção... Se eles tivesse se unido logo ali, de repente, poderia ter sido muita... poderia ter ganho mais, né?!*”.

Em um movimento contrário aos agricultores que reivindicavam seus direitos, lideranças políticas, comerciais e interessados no empreendimento criaram uma Comissão Pró-Barragem, intensificando o discurso atrelado aos benefícios do empreendimento. Um dos objetivos do comitê era convencer as famílias atingidas de que a obra traria melhorias para a região. Paulo (comunicação pessoal, 22 de abril, 2016) contou: “*vender que a imagem que a barragem ia ser a solução pro município, desenvolvimento, progresso... Ai os prefeito vinha nas comunidade e tentavam convencer os agricultor, que eles iam ganhá terra melhor, iam ganhar bem das indenizações e tal*”. Esse relato corrobora a literatura, apontando que, entre as relações de poder estabelecidas na região, de um lado, estava o discurso do setor elétrico pautado nos benefícios que seriam trazidos pela hidrelétrica e na perspectiva do espaço enquanto bem monetário e alienável; e, do outro, o discurso de resistência da Crab e de algumas comunidades, pautado nos prejuízos da obra e na concepção de terra como propriedade familiar e comunitária (Picoli, 2012).

Os participantes da pesquisa lembram que, durante toda a implantação do empreendimento, a promessa era de que a região teria grandes ganhos com o aumento do turismo, com a receita que viria por meio do acréscimo de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e dos *royalties*, além do aumento do emprego e da movimentação comercial, aspectos fortemente presentes nos discursos atuais favoráveis à construção dessas obras (Abud & Lopes, 2006; Agência Nacional de Energia Elétrica, 2008; Berga et al., 2006; Birol, 2007; Eletrobrás, 2014; Ministério de Minas e Energia, 2013; Ministério do Planejamento, 2014; Tractebel, 2016). Conforme Maria (comunicação pessoal, 14 de maio, 2016), “*diziam que aqui ia virar tudo num*

*hotel cheio de estrela*”. Outra estratégia utilizada era a de “vender” a obra para as escolas, sempre potencializando os benefícios e a magnitude do empreendimento.

Do mesmo modo, outro fator que contribuiu para o empoderamento do grupo Pró-Barragem foi que, durante a construção do empreendimento, o comércio local beneficiou-se muito e investiu em infraestrutura visando ampliar a oferta de serviços. No período da construção da barragem, toda região percebeu o aumento populacional, especialmente de operários atuando no empreendimento (cerca de cinco mil trabalhadores se deslocaram para a região). Com isso, o aumento da demanda para o comércio local foi imediato e contribuiu para que todos acreditassem que tal cenário se manteria. Porém a demanda diminuiu consideravelmente com o início do funcionamento da hidrelétrica e com a retirada das equipes de trabalho.

Diante das lembranças das promessas realizadas, os entrevistados problematizam a realidade atual, expressando o sentimento de que foram roubados ou enganados. Eles contam que apenas depois de muitos anos conseguiram compreender todo o processo no qual foram envolvidos. Alguns explicaram que, durante a obra e até mesmo depois de alguns anos do fechamento do reservatório, ainda era difícil perceber os reais impactos da construção da barragem: *“os problemas vieram com um pouquinho mais de tempo”* (Oscar, comunicação pessoal, 20 de agosto, 2016). Mauro (comunicação pessoal, 23 de agosto, 2016) adiciona: *“mas aqui era para ser o quê? Era pra ser ponto turístico aqui, fazer turismo aqui, até fizeram plano para a barragem antes de vir... Tira as pedras para ajeitar tudo, que ponto turístico, nem uma bosta”*.

Conforme aponta a literatura existente sobre o tema, a incitação econômica e a promessa de desenvolvimento é uma das principais estratégias utilizadas pelo setor para inserir-se em regiões rurais ou indígenas (Bermann, 2008; Hernandez, 2012; Internacional Rivers, 2012; Vainer, 1998, 2007). Essa promessa também se destaca em todos os documentos oficiais analisados e aparece como justificativa em face dos danos socioambientais gerados.

### **“Te vira, te escapa, porque a água vem”: indenizações, deslocamentos e reassentamentos**

Os documentos oficiais, e até mesmo a literatura existente sobre a barragem de Itá, apontam que a população atingida poderia “optar” por migrar para os reassentamentos, realizar permuta de terra, receber indenização ou permanecer nas áreas remanescentes de suas propriedades quando viável (Nór, 2001; Viana, 2003). Esse modo objetivo de contar a história esconde todo o conflito socioambiental produzido para garantir o direito à moradia. Cada uma dessas possibilidades, construídas social e politicamente, foi resultado de muitas lutas, mobilizações e resistências.

Os participantes da pesquisa contam que, inicialmente, a proposta da empresa responsável pela

construção da hidrelétrica era remover toda a população atingida para os reassentamentos. Porém a maioria dos reassentamentos ficava no estado do Paraná, em condições climáticas, sociais, culturais e de trabalho muito diferentes. Foi com muita resistência que algumas famílias atingidas conquistaram o direito de obter uma carta de crédito para adquirir individualmente outra propriedade ou para ter a comunidade rural realocada em uma região próxima da área atingida. A partir dessas duas alternativas que muitas famílias permaneceram residindo no entorno do reservatório.

Com isso, teve início o processo de reconstrução dos núcleos rurais atingidos pela água. Nesse caso, a empresa deveria reconstruir, em uma região próxima à antiga comunidade, toda a estrutura comunitária alagada, o que geralmente envolvia igreja, salão de festas, campo de futebol, transferência de cemitério e escola. Como conta Ana (comunicação pessoal 12 de junho, 2016), nesse processo, as promessas eram de que tudo seria melhor, mais moderno e mais bonito do que na comunidade atingida: *“mais bonito! A gente não sabia como, era tudo novidade, surpresa, como tem direito como tem aqui em baixo, fazer igual na nova vila, ou melhor, era a conversa que eles passava para a gente, bastante né [risos], iludiam”*. Diante do contexto descrito, os agricultores lembram que se deram conta de que a construção não foi aquela que deveria ter sido, de que algumas promessas não foram cumpridas e de que os danos reais do empreendimento foram percebidos apenas muitos anos depois de sua finalização. As condições de vida nas novas comunidades rurais reconstruídas não eram as mesmas, eram piores: *“E nós, bem dizer, nós viemos e ficamos pobres, nós estávamos bem de vida lá, e aqui ficamos pobres. Na verdade, quase que nós tivemos um atraso, assim, de dez anos, mais ou menos”* (Leila, comunicação pessoal, 3 de julho, 2016).

Diante da falta de apoio das entidades públicas, da ausência de orientação jurídica, das pressões e das ameaças constantes e da redução da força do movimento social, muitas famílias atingidas não tinham escolha indenizatória, eram obrigadas a aceitar a proposta oferecida pela construtora. Na fala de Mercedes, fica a clara a falta de opção da população atingida: *“Aí, se a pessoa não aceitar, daí eles não iam muito atrás, quem era o atingido tinha correr atrás, porque se não a água ia bater. Então tinha muito desses casos, que daí o pessoal tinha que correr atrás”* (Mercedes, comunicação pessoal, 18 de abril, 2016).

Lucas (comunicação pessoal, 16 de abril, 2016) lembra que, quando a negociação se prolongava em função do não aceite da proposta por parte da família atingida, os técnicos responsáveis pelas indenizações faziam ameaças, afirmando que o reservatório seria fechado e que aqueles que ainda estivessem em suas casas seriam afogados. Outra estratégia utilizada foi a efetivação do pagamento por via judicial, mesmo que a família não tivesse aceitado a proposta financeira. Leno

(comunicação pessoal, 18 de setembro, 2016) explicou: *“mas quem não queria receber, eles te botavam no juiz. Eles tinha aquela mania para te assustar, né?! Até eu, eu recebi na mão do governador de Santa Catarina naquela época”*. Percebe-se claramente que todas essas estratégias utilizadas pela construtora eram legitimadas pela legislação vigente, fazendo que as famílias atingidas não tivessem outra opção senão deixarem suas terras.

Além disso, até o presente momento, as famílias não têm certeza quanto à exatidão das indenizações, afinal, como fala Élio (comunicação pessoal, 23 de abril, 2016), *“a matemática deles é bem diferente, é uma outra matemática, que não fecha com o proprietário”*. As divergências eram inúmeras e estavam relacionadas desde a dimensão das terras até o valor da propriedade que seria atingida. Para os agricultores, as terras eram parte de suas identidades, de sua cultura e de seu esforço manual investido durante anos, a matemática não era concreta, não podia ser medida ou mensurada. Inclusive, era muito comum que nem mesmo os proprietários das terras soubessem o tamanho real de suas propriedades – até então, não era preciso medir, vivia-se e convivia-se naquele espaço por meio de outras lógicas.

Outro fator que aparece na fala dos entrevistados é a estratégia de postergar os acertos com as populações atingidas até os dias próximos ao enchimento do reservatório. Assim, com a chegada iminente da água, as famílias sentiram-se pressionadas a aceitar a proposta financeira de indenização, *“ficou essas pendências para trás, né?! Como esse caso, oh! Está certo o proprietário, mas está faltando cinco hectares, então, muitas vezes, na rapidez e a água já fechando, né, eles aceitavam qualquer proposta”* (Lucas, comunicação pessoal, 16 de abril, 2016).

Convém destacar ainda que três participantes do estudo relataram que, quando receberam o valor da indenização, rapidamente depositaram-no no banco, e foi justamente nesse período que o governo Collor reteve os valores da poupança. Muitos atingidos, até o momento da realização da pesquisa, não haviam recebido todo o valor perdido. Essa situação reflete o completo abandono das populações afetadas pela barragem, sem apoio e proteção do Estado, “aterrorizadas” pela construção da barragem, acabavam lutando sozinhas e de maneira muito precária pela garantia dos próprios direitos. Totalmente sem dinheiro, Eliana (comunicação pessoal, 25 de junho, 2016) conta que os pais sofreram muito: *“ficaram quase louco! Imagina o dinheiro parado! A sorte que a mãe vendeu uma peças de queijo,... ela mandou o pai trazer o dinheiro para casa, não tinha dinheiro nem para comprar comida, porque tava tudo bloqueado!”*. Nesse processo, observa-se a presença articulada de violações de direito consecutivas e sistemáticas por parte do setor privado e do Estado.

Diante do desastre vivenciado, a violação de direitos e a ausência de participação da população durante o processo decisório, a obrigatoriedade de deixar o lugar aparece como uma ameaça à vida construída naquele território. Julia (comunicação pessoal, 20 de junho, 2016)

fala do sofrimento dos pais diante da obrigatoriedade de deixar a comunidade: *“é, tiraram eles e relocaram. Porque tiram eles daqui e os filhos levaram para a cidade, eles não queriam. Eles nasceram ali. Então era uma vida aí, eles não pensam nisso”*. Claudia (comunicação pessoal, 22 de agosto, 2016) também falou da tristeza de deixar a casa e a propriedade que ela e o marido haviam acabado de construir. Álvaro contribuiu explicando os danos emocionais do processo devastador ao qual foram submetidos: *“é hora de vender a tua terra e, assim, essa história toda, raízes é raízes... E isso, de repente, você imagina estar debaixo de água, né?! Quer dizer você nunca mais poder tocar naquilo. Por isso muita gente se matou”* (Álvaro, comunicação pessoal, 30 de maio, 2016).

Ademais, ao final do processo de reassentamento e de indenização, os entrevistados recordam-se das perdas dos vizinhos, de amigos e de familiares, *“ah! Daí a gente veio, mas a maioria foi embora dos parentes, amigas, Ah! Mexeu com tudo, deu uma reviravolta”* (Renato, comunicação pessoal, 1 de maio, 2016). Depois da luta, de muitas perdas e ganhos, chegava a hora da despedida daqueles que deixariam as comunidades atingidas e que partiriam para a cidade ou para os reassentamentos. Muitos foram morar na cidade, outros tantos foram para reassentados em terras de outros estados, outros se mudaram para municípios próximos. As despedidas são lembradas pelos entrevistados com muita tristeza. É a tristeza do vazio que ficou e da vida que se transformou completamente. Como disse Pedro (comunicação pessoal, 2 de março, 2016), *“estraçalhou, como se diz, algumas famílias, as comunidades”*.

Sofriam aqueles que ficavam e aqueles que saíam. Como conta dona Ana (comunicação pessoal, 12 de junho, 2016), *“o valor valia, mas o sentimento de sair de lá, o valor era bom se soubesse colocar na hora, só que deixar a comunidade, deixar tudo, né?! Para ir embora, isso foi ruim”*. Aqueles que ficaram presenciaram o enchimento do reservatório e guardaram memórias tristes e amedrontadas de acompanhar a vida sendo alagada. Dulce conta: *“a gente sabia o que tu tinha lá, nunca mais tu vai enxergar, a comunidade, dava muito sentimento, desde onde a gente morava. Hoje fico pensando como era lá na casa antes de eu casar,... ficou tudo debaixo da água”* (Dulce, comunicação pessoal, 7 de julho, 2016).

Conforme Auyero e Swistun (2009), esse modo de sofrimento está fortemente vinculado à perda de referenciais e de marcos sociotemporais em relação a discurso, prática e identidade. Observa-se que aqueles que ficaram vivendo no entorno do reservatório experienciaram o processo de permanecer no mesmo lugar, que já não é o mesmo. Como diria Aleksievitch (2016), trata-se do conhecido, desconhecido mundo. Assim, os entrevistados contam que, sem o devido amparo e ainda confusos com tantas mudanças, muitas famílias investiram equivocadamente as indenizações recebidas, endividaram-se e perderam tudo o que haviam construído.

Finalmente, em face dos dados apresentados, é possível compreender as diferentes definições de *barragem* elaboradas pela população atingida pela construção da hidrelétrica de Itá: “um desastre”, “um terrorismo”, “um bicho de sete cabeças”, que amedrontou as cidades atingidas por muitos anos, envenenou e matou muitas pessoas, animais e plantas – “*interrompeu a vida*”, como dizem os agricultores. Todas essas transformações afetaram diretamente a saúde mental dos participantes da pesquisa, contribuindo para o estabelecimento do sofrimento social e ambiental, que na perspectiva dos entrevistados se apresentou por meio da depressão e da perda da esperança com relação ao futuro.

## **Considerações finais**

As vivências dos participantes da pesquisa revelaram que a implantação da barragem de Itá foi caracterizada por vivências de violência, insegurança, falta de informação e inexistência de suporte político e social. Em razão dos prejuízos gerados pela obra, as comunidades tiveram que lutar sozinhas e precariamente pela garantia de seus direitos mais básicos. Apesar da resistência, a concretização da obra se apresentou como um fato consumado, representada

pela ideia de um desastre, de um bicho de sete cabeças, envolto pelo terrorismo e pelo sofrimento social e ambiental. Esse processo contribuiu para que as famílias atingidas se sentissem confusas e sem condições decisórias, além de vivenciarem sentimentos de impotência, insegurança, tristeza e perda da confiança em si e nos laços sociais. Assim, o deslocamento forçado e o deslocamento *in situ* representaram uma cisão identitária, psíquica, econômica e social para as comunidades investigadas.

Diante disso, sugerem-se novos estudos sobre a temática, enfatizando as possibilidades de intervenção diante dos danos vivenciados pelas comunidades atingidas pela construção de grandes empreendimentos de infraestrutura. No que se refere às limitações da investigação, podem ser citadas a grande área territorial investigada, dificultando o aprofundamento histórico de cada comunidade, as limitações orçamentárias e a falta de análise de indicadores gerais que caracterizassem as regiões investigadas, como educação, saúde, mortalidade, emprego e acidentes. Apesar disso, destaca-se que os achados deste estudo contribuem para a construção de um campo teórico ainda incipiente no campo da Psicologia, qual seja o estudo das interfaces entre o meio ambiente, a saúde mental e a injustiça socioambiental.

## **“Seven-headed beast”: experiences of communities affected by the Itá dam**

**Abstract:** This research reconstruct the experiences of rural communities affected by the construction of Itá dam, in Southern Brazil. Data was collected by means of participant research with 43 interviewees and document analysis of the hydroelectric plant, and later underwent thematic analysis. Participants defined the Itá dam as a “seven-headed beast” that have terrorized the affected cities for years, poisoned and killed people, animals, and plants, revealing that its implantation was characterized by experiences of violence, insecurity, and lack of information, political and social support. In face of the damage generated by the construction, those communities had to fight precariously by themselves to guarantee their most basic rights, experiencing important identity and cultural breakdowns, and mental health issues.

**Keywords:** hydroelectric power plants, rural, mental health, territory.

## **“Bête à sept têtes” : les expériences des atteints par le barrage d’Itá**

**Résumé :** Cette recherche récupère les expériences des communautés rurales atteintes par la construction du barrage d’Itá, au sud du Brésil. Les données ont été collectées par le biais d’une recherche participante avec 43 interviewés et d’une analyse des documents de l’hydroélectricité, puis ont été à une analyse thématique. Les participants ont défini le barrage d’Itá comme “une bête à sept têtes” qui a terrorisé les villes concernées pendant des années, empoisonné et tué des personnes, des animaux et des plantes, révélant que son implantation s’est caractérisée par des expériences de violence, d’insécurité, de manque d’information, de soutien politique et social. Face aux pertes générées par la construction, ces communautés ont dû lutter toutes seules et précairement pour garantir leurs droits les plus élémentaires, en vivant d’importantes ruptures identitaires et culturelles, ainsi que des problèmes de santé mentale.

**Mots-clés :** usines hydroélectriques, rurale, santé mentale, territoire.

## **“Bicho de siete cabezas”: las vivencias de los atingidos por la presa de Itá**

**Resumen:** Esta investigación tuvo como objetivo rescatar las vivencias de las comunidades rurales remanentes atingidas por la construcción de la presa de Itá, en el Sur de Brasil. El estudio se fundamentó en la pesquisa participante, contó con 43 entrevistados y con análisis documentais de la hidroeléctrica. Los datos obtenidos fueron sometidos a análisis temático.

Los participantes en el estudio designaron la presa de Itá como “un bicho de siete cabezas”, que aterrorizó las ciudades atingidas por años, envenenó y mató a personas, animales y plantas, y revelaron que su implantación fue caracterizada por vivencias de violencia, inseguridad, falta de información e inexistencia de apoyo político y social. Frente a los daños producidos por la obra, las comunidades tuvieron que luchar solas y de manera precaria por la garantía de sus derechos más básicos, vivenciando importantes quiebras de identidad, cultura y daños a la salud mental.

**Palabras clave:** usinas hidroeléctricas, rural, salud mental, territorio.

## Referências

- Abud, S. M., & Lóps, M. (2006). Itaipu Binacional: an important factor of regional development. In L. Berga, J. M. Buil, E. Bofill, J. C. de Cea, J. A. Garcia Perez, G. Mañueco, ... J. Yagüe (Eds.), *Dams and reservoirs, societies and environment in the 21st century* (pp. 325-330). London: Taylor & Francis Group.
- Agência Nacional de Energia Elétrica. (2008). *Atlas de energia elétrica do Brasil* (3a ed.). Brasília, DF: ANEEL. Recuperado de <https://bit.ly/2YiJAuy>
- Aleksiévitch, S. (2016). *Vozes de Tchernóbil: a história oral do desastre nuclear*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Alves, A. D., & Justo, J. S. (2011). Espaço e subjetividade: estudo com ribeirinhos. *Psicologia & Sociedade*, 23, 181-189. Recuperado de <https://bit.ly/3gW7t1w>
- Andrade, M. L., Cunha, L. M., & Gandra, G. (2001). A indústria do alumínio: desempenho e impactos da crise energética. *BNDES Setorial*, 14, 9-26. Recuperado de <https://bit.ly/3t9x4bT>
- Auyero, J., & Swistun, D. A. (2009). *Flammable: environmental suffering in an Argentine shantytown*. New York: Oxford University Press.
- Berga, L., Buil, J. M., Bofill, E., Cea, J. C., Garcia Perez, J. A., Mañueco, G.,... Yagüe, J. (Eds.). (2006). *Dams and reservoirs, societies and environment in the 21st century*. London: Taylor & Francis Group.
- Bermann, C. (2007). Impasses e controvérsias da hidreletricidade. *Estudos Avançados*, 21(59), 139-153.
- Bermann, C. (2008). Crise ambiental e as energias renováveis. *Ciência e Cultura*, 60(3), 20-29.
- Birol, F. (2007). Energy economics: a place for energy poverty in the agenda? *The Energy Journal*, 28(3), 1-6. Recuperado de <https://bit.ly/3mTeB2l>
- Carbonari, P. C. (2012). Direitos Humanos no Brasil: a promessa é a certeza de que a luta precisa continuar. In Movimento Nacional de Direitos Humanos, Plataforma DhESCA Brasil, Processo de Articulação e Diálogo, & Parceiros de MISEREOR no Brasil, *Direitos humanos no Brasil 3: diagnósticos e perspectivas*. Passo Fundo, RS: Ifibe. Recuperado de <https://bit.ly/3t8GYLd>
- Cellard, A. (2008). A análise documental. In J. Poupard, J.-P. Deslauriers, L.-H. Groulx, A. Laperrrière, R. Mayer, & A. P. Pires, *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos* (pp. 295-316). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Das, V., Kleinman, A., Lock, M. (1996). “Introduction”. *Daedalus. Special Issue on Social Suffering*, 125(1), 11-20.
- Eletrobrás. (2014). *Geração*. Recuperado de <https://bit.ly/3hh2jND>
- Ferreira, C. K. (2000). *A privatização no Brasil: privatização do setor elétrico no Brasil*. Brasília, DF: BNDES. Recuperado de <https://bit.ly/38xzbNj>
- Flick, U. (2004). *Uma introdução à pesquisa qualitativa* (2a ed.). Porto Alegre, RS: Bookman.
- Germani, G. I. (2003). *Expropriados terra e água: o conflito de Itaipu*. Salvador, BA: EDUFBA.
- Hernandez, F. D. M. (2012). Hidrelétricas na Amazônia: renovabilidade e não renovabilidade da política energética. Se é desejável a renovabilidade das formas de conversão de energia, por que não é desejável renovar a política energética? *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi de Ciências Humanas*, 7(3), 791-811. Recuperado de <https://bit.ly/2WJzu5i>
- Internacional Rivers. (2012). *O setor elétrico brasileiro e a sustentabilidade no século 21: oportunidades e desafios*. Recuperado de <https://bit.ly/3zENtHS>
- Jovchelovitch, S., & Bauer, M. W. (2013). Entrevista narrativa. In M. W. Bauer & G. Gaskell (Orgs.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (pp. 64-136). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Kleinman, A., Das, V., & Lock, M. (1997). *Social Suffering*. Berkeley: University of California Press.
- Medina, L. C. (2014). El sufrimiento en la catástrofe. Orientaciones para una agenda de investigación en perspectiva relacional. *Revista Márgenes: Espacio Arte y Sociedad*, 11(15), 49-56. Recuperado de: <https://bit.ly/3kNJpil>
- Minayo, M. C. S. (2014). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo, SP: Hucitec.
- Ministério de Minas e Energia. (2013). *Plano decenal de expansão de energia 2022*. Recuperado de <https://bit.ly/2WLQzeC>
- Ministério do Planejamento. (2014). *Sobre o PAC*. Recuperado de <https://bit.ly/2Yce1O4>
- Movimento dos Atingidos por Barragens. (2004). *Ditadura contra as populações atingidas por barragens aumenta a pobreza do povo brasileiro*. Recuperado de <https://bit.ly/3zEQ0ly>
- Movimento dos Atingidos por Barragens. (2008). *Setor elétrico na Bacia do Rio Uruguai*. Recuperado de <https://bit.ly/2Vd99fm>
- Nór, S. (2001). *As transformações sócio-espaciais na área da usina hidrelétrica de Itá* [Dissertação de mestrado].



- Universidade Federal de Santa Catarina, SC. Recuperado de <https://bit.ly/3t7dvRK>
- Ota, N. K. (2014). Breve inventário francês do sofrimento social. *Psicologia USP*, 25(1), 51-62.
- Piagentini, P. M., Benassi, R. F., & Penteadó, C. L. C. (2014). Olhares sobre a hidroeletricidade e o processo de licenciamento no Brasil. *Estudos Avançados*, 28(82), 139-153.
- Picoli, B. A. (2012). Direitos humanos, territorialidade e “progresso”: a experiência dos atingidos pela barragem de Itá. In *Anais do 7º Encontro da ANDHEP*. São Paulo, SP: ANDHEP. Recuperado de <https://bit.ly/3DSaV7c>
- Rothman, F. D. (2008). *Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*. Viçosa, MG: UFV.
- Scalabrin, L. (2016). *Barragens são a negação de direitos humanos, afirma Leandro Scalabrin*. Recuperado de <https://bit.ly/3BtgUxc>
- Schwartz, M., & Schwartz, C. G. (1955). Problems in participant observation. *American Journal of Sociology*, 60(4), 53-343.
- Soler, P. J. (2016). Direitos Humanos e barragens [Registro oral do líder do Movimento Rios Vivos da Colômbia]. In *IV Encontro Internacional Ciências Sociais e Barragens*. Chapecó, SC: UFFS.
- Tractebel. (2000). *Itá: memória de uma usina*. Itá, SC: Acervo local do CDA da Hidrelétrica de Itá.
- Tractebel. (2001). *Plano diretor: reservatório UHE de Itá e seu entorno*. Recuperado de <https://bit.ly/3zJIwgU>
- Tractebel. (2016). *Institucional: Usina Hidrelétrica de Itá* [vídeo on-line]. Recuperado de <https://bit.ly/3yH4y2L>
- Vainer, C. B. (1990). Implantación de grandes represas hidroeléctricas, movimientos forzados y conflictos sociales. In J. Canales, *Efectos demográficos de grandes proyectos de desarrollo* (pp. 103-122). Nova York: UNFPA.
- Vainer, C. B. (1998). Deslocamentos compulsórios, restrições à livre circulação: elementos para um reconhecimento teórico da violência como fator migratório. In *Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP*. Campinas, SP. Recuperado de <https://bit.ly/3DGPaqC>
- Vainer, C. B. (2007). Recursos hidráulicos: questões sociais e ambientais. *Estudos Avançados*, 21(59), 119-137.
- Vainer, C. B. (2016). Direitos humanos e barragens. In *Anais do IV Encontro Internacional Ciências Sociais e Barragens*. Chapecó, SC: UFFS.
- Vainer, C. B., & Araújo, F. G. B. (1992). *Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro, RJ: Cedi.
- Viana, R. M. (2003). *Grandes barragens, impactos e reparações: um estudo de caso sobre a barragem de Itá* [Dissertação de mestrado]. Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ.
- Vieira, F., & Vainer, C. (2010). *Manual do atingido: impactos sociais e ambientais de barragens*. Recuperado de <https://bit.ly/3BBVaiJ>
- World Commission on Dams. (2000). *Displacement, resettlement, rehabilitation, reparation and development*. Recuperado de <https://bit.ly/3BBVaiJ>
- Zhou, A., & Oliveira, R. (2007). Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. *Ambiente & Sociedade*, 10(2), 119-135.

Recebido: 27/07/2019

Revisado: 13/07/2021

Aprovado: 23/08/2021